

## O MST NA LEITURA DOS JORNAIS O IMPARCIAL E FOLHA DE S. PAULO\*

Sônia Maria Ribeiro de Souza - FCT//Unesp/Presidente Prudente  
[sonirib@ig.com.br](mailto:sonirib@ig.com.br)

Antonio Thomaz Júnior - FCT/Unesp/Presidente Prudente  
[thomazjr@stetnet.com.br](mailto:thomazjr@stetnet.com.br)

### Introdução

O MST, a partir da década de 1990, ganhou mais espaço na imprensa, fazendo com que a questão agrária ganhasse mais visibilidade nos centros urbanos. Isso se deveu, sobretudo, quando definiu suas formas de luta por meio das ocupações de terra, marchas, greves de fome, interdição de rodovias, ocupação de bancos e do Incra. Isso o levou a ocupar as páginas dos principais jornais do país. Entretanto, ao longo desse período, a face mais visível do MST nos jornais foi a do conflito. Uma vez definida e estruturada enquanto representação negativa, o seu poder de fogo e de negociação foi anulado. O conflito evidenciado nas ocupações de terra levou à construção e sedimentação de um discurso que isolou o Movimento de sua principal reivindicação: a luta por reforma agrária e por uma distribuição mais justa de renda no país.

A reflexão que gostaríamos de trazer, a partir daqui, é de que existem enunciados para o MST nos jornais que negam a sua trajetória, que negam que a sua existência se deve aos processos de exclusão e desigualdade social e é a este enunciado que buscamos contrapor aqui: os enunciados do discurso do MST que dão evidência ao espaço da formação de um sujeito social chamado sem-terra. O Movimento também se situa entre aqueles que, ao construíram um espaço para veicular seu discurso, evidencia que existe uma formação discursiva dominante que se sobrepõe aos enunciados da Luta pela Terra e pela Reforma Agrária, deixando de veicular os seus sentidos.

E, de acordo com a nossa proposta de estudo, o ato de enunciar do MST revela formações discursivas (FD) em confronto, e há a predominância de uma, a dos jornais OI e FSP, as quais induzem a leitura de que o problema que envolve os trabalhadores sem terra tem origem no próprio MST: o problema vem das propostas “anacrônicas” dos líderes e “chefes” e só é grave no que se refere à violência do Movimento. A gravidade não estaria na situação social e econômica que explica sua origem, mas nas propostas dos dirigentes do MST, tampouco numa estrutura fundiária arcaica que expropriou e condenou milhares de camponeses a perambular, numa trajetória errante em busca de condições de sobrevivência.

Desde sua criação, em 1984, o MST caracterizou-se como um dos poucos movimentos – senão o único – a desafiar francamente o *status quo* brasileiro contemporâneo, propondo-se a romper com os limites usualmente aceitos da legalidade. A luta do MST tem se dado no sentido de forçar a realização de seus objetivos, em especial a redistribuição da propriedade fundiária no Brasil, por meio da reforma agrária.

---

\* Este texto é resultado da nossa pesquisa de mestrado intitulada “*Discursos em confronto no território da luta pela terra no/do Pontal do Paranapanema*”, defendida em junho de 2005, sob a orientação do Prof. Dr. Antonio Thomaz Jr, junto ao PPGG da FCT/UNESP/Presidente Prudente.

É desnecessário dizer que a interdição da palavra sempre fez parte do discurso da imprensa sobre o MST, mantendo os fios discursivos que tecem o predomínio de um discurso hegemônico: “O MST é um movimento perigoso”. Estes enunciados fixam um sentido (uma materialidade) sempre negativo para os sem-terra. Na maneira de enunciar já se encontra um significado reiterado na forma de diferentes denominações. O que será que esses enunciados têm em comum quando traçada uma linha temporal entre eles? Será que o discurso produzido pela imprensa sobre os trabalhadores que reivindicam e ocupam a terra no Brasil manteve-se inalterado?

Bem, essa pesquisa estuda a produção e manutenção de certos sentidos para o MST: trata-se de um dizer marcado espaço-temporalmente de modo recorrente no discurso jornalístico. Daí uma das nossas indagações: quais as condições que propiciaram esse tipo de discurso? E ainda, de que modo se configura e é fixado no discurso jornalístico, uma forma específica de enunciar o MST?

Tomando esse cenário formulamos o principal objetivo desse trabalho: analisar, a partir de uma prática discursiva, a da imprensa, como o discurso, enquanto uma prática social, organiza, produz e reproduz noções que governam e controlam o espaço identificando mecanismos que, controladores desse espaço, expressam, sustentam e determinam territorialidades.

Analisamos o discurso jornalístico que, no Estado de São Paulo, foi se constituindo sobre o MST, no Pontal do Paranapanema a partir de 1990, período de intensificação da Luta pela Terra, até abril de 2004, o qual foi evidenciando e reafirmando a existência de uma única paisagem, imposta por filtros de interpretação. Durante todo esse tempo, o MST foi representado como uma ameaça aos proprietários e, por conseguinte à Lei. Entre os anos de 1990 e 2004, a propaganda nos jornais contra os sem-terra, nunca deixou de ser presente, veiculando um imaginário que, imposto pela formação social capitalista, endossa a homogeneização de uma práxis social estratégica que se expressa no controle social sobre os trabalhadores, e sobre o trabalho em particular. Obviamente, essa estratégia nunca impediu a organização dos sem-terra ou que ficassem em silêncio e imobilizados perante o discurso da imprensa. Os enunciados *Sem reforma agrária não há democracia*, e *Terra para quem nela trabalha* sempre foram ditos e, em maior ou menor intensidade, fizeram parte dos noticiários da imprensa independente dos sentidos que lhes foram atribuídos.

Por essa razão, para analisar o processo de construção do MST como *outro* recorreremos ao processo de produção dos sentidos, das formas de sua circulação e da fixação de um sentido/memória. Isto é, até que ponto o discurso jornalístico pode ser considerado um elemento atuante na construção dessa imagem do MST como inimigo? Qual o seu papel ao colocar em circulação tal representação?

### **Espaço e discurso**

O espaço é construído, estruturado e hierarquizado socialmente em que forças econômicas, políticas e culturais atuam forjando significados, moldando subjetividades e territorialidades; enfim definindo espaços e territórios específicos de exercício de poder.

A produção de sentidos do discurso jornalístico, no espaço, dá-se para atender interesses dominantes que tratam de se perpetuar e manter privilégios por meio dos tempos. Para desvendar e compreender tais mecanismos partimos do pressuposto de que é necessário reconhecer o discurso como um elemento que ajuda a ordenar esse arranjo espacial. Procuramos dar visibilidade a um

processo de institucionalização que, associado ao discurso, evidencia uma construção definida por uma ordenação espacial.

A compreensão de espaço pressupõe admiti-lo como um conjunto de práticas espaciais e práticas sociais: valores, desejos, significações, projetos, ideologias, ou seja, práticas discursivas. O conjunto de práticas discursivas vão constituindo e redesenhando o espaço. Os discursos são atuantes, o território é consolidado à medida que constitui o próprio discurso que lhe dá sentido.

Assim, quando pensamos nas paisagens hegemônicas do Pontal do Paranapanema veiculadas no discurso jornalístico, sabemos que este está inserido no mecanismo de exclusão e reprodução da acumulação capitalista. Por isso veicula as notícias por meio de filtros ideológicos, os quais não permitem a produção de outros sentidos, ou que os sentidos veiculados no discurso do MST venham a fazer sentido.

As possibilidades de análise são infindas. É nesta perspectiva que este estudo vem atuar, isto é, constituindo uma possibilidade a mais de recompor estratégias de dominação e resistência, inseridas num *locus* disciplinarizado pelo padrão do discurso neoliberal. Este trabalho procurou destacar, as representações sobre o MST, divulgadas e defendidas pelos segmentos dominantes tradicionais, evidenciadas como domínio e repressão. A sua representação torna-se visível no interior das condições de produção do discurso articulado pela ordem burguesa vigente. É neste espaço que intervêm os discursos que políam, condenam e controlam os discursos do outro – MST – os quais servem do auxílio da imprensa e do poder das classes dominantes para que a construção do espaço/território sirva a interesses bem delimitados.

Aspectos da ordem moral e jurídica são utilizados para darem sentidos aos múltiplos espaços a partir de um contexto de luta entre capital e trabalho, sem negligenciar as dimensões do simbólico. O discurso jornalístico sobre as ações do MST serviu para delimitar territórios e territorialidades, estigmatizar condutas e ampliar ou manter áreas de atuação dos poderes hegemônicos.

A compreensão da produção dos sentidos que são construídos sobre o MST, no discurso jornalístico, no período delimitado nesse estudo, pode contribuir para a inteligibilidade da ordem política econômica tanto em escala local como em escala nacional. Os discursos hegemônicos, em nome de uma mascarada harmonia e ordem social, ignoram deliberadamente a realidade, uma realidade que é feita de contradições e tensões de classes distintas que atuam na disputa pelo espaço e territórios.

Nesse sentido, interessa-nos muito mais, para a finalidade desta pesquisa, entender, a partir daí, a construção de um discurso sobre um agente social, cuja atuação interfere e contraria a lógica da produção desse espaço.

Há uma representação do MST e da região construída por meio dos discursos. Os discursos construídos sobre o Movimento não são construções sobre a realidade<sup>1</sup>, nas muitas denominações que estão ligadas a outros movimentos de caráter reivindicatório ou revolucionário, tais como o das Ligas Camponesas, permanecem associadas ao MST. Denominações como “guerrilheiro”, “el comandante”, como veremos ao longo do trabalho foram ressignificadas, mas ainda preservam, ou

---

<sup>1</sup> Não é demais lembrar que, para efeito social, a realidade é, hoje, e há muito tempo, construída pelos meios de comunicação. A realidade compartilhada é aquela que a mídia oferece. Evidentemente ao afirmarmos isso, não queremos dizer que a realidade deixe de ser o que é em função da influência da mídia. O que estamos

fazem parte de uma formação discursiva (FD) predominante, e fazem com que a referência à região, por tabela, seja incorporada sempre a esse universo.

A construção do discurso sobre o MST na Folha de São Paulo foi estruturada, a partir da década de 1990, por meio de relatos: as notícias eram transmitidas, por meio de informações obtidas da reportagem local e eram acrescentados os desenhos, croquis e figuras, enfim a representação da região foi sendo incorporada aos relatos das ações do MST. Algum tempo depois vieram as imagens dessas ações, tanto das “cidades de plástico”, como de cercas sendo derrubadas que foram construindo o processo de constituição de um imaginário sobre o Movimento e a região.

Discursos e imagens que privilegiam o destaque para a violência são recorrentes e reforçam, além do caráter de violência do MST, a idéia de uma região assolada pelo “crime de invasão de terras”. Dificilmente se encontram nos textos das reportagens informações que possam desfazer essas impressões ou que informem, por exemplo, sobre a grilagem dessas terras que o Movimento reivindica.

Esses discursos são comuns tanto na mídia escrita quanto na televisiva. Os estereótipos associados ao MST e, por conseguinte ao Pontal do Paranapanema, são atualizados pela imprensa por meio de formações discursivas (FDs) que vêm sendo construídas e reconstruídas há muito tempo. O cenário construído pelo discurso jornalístico das “invasões” (foices, enxadas e cercas sendo derrubadas, os barracos de lona preta nas cercas das fazendas) está associado ao poder dos meios de comunicação, que normalmente mostram o Pontal de um ponto de vista destrutivo, como denúncia dos latifundiários e menos da apropriação, por parte destes, de terras devolutas.

Assim, na década de 1990, as ocupações de terra, especialmente a partir de 1996, têm sido um dos assuntos mais recorrentes nos jornais por meio das ações do MST no Pontal do Paranapanema, sem que estes, no entanto, informem sobre as conquistas<sup>2</sup>, traduzidas em implantação de assentamentos realizados a partir dessas ações.

O padrão do discurso tem sido mantido, o do conflito e da radicalidade do Movimento, em detrimento da necessidade de reforma agrária ou da distribuição dessas terras apropriadas por grileiros. Assim, o discurso jornalístico ao mesmo tempo em que constrói uma representação do MST como violento e inimigo da pátria, também constrói uma idéia de região, isto é, funda a capital do conflito agrário.

### **A produção de sentidos e territorialidades: radicalidade do MST**

Os enunciados presentes no discurso jornalístico evidenciará uma FD dominante para o MST. Lembramos que um enunciado nunca está sozinho, a sua existência supõe outros aos quais está relacionado. Os enunciados surgem de uma relação com as práticas sociais, histórica e geograficamente contextualizadas. O que equivale a dizer que não é um indivíduo usando a língua sozinho, ou seja, criando enunciados inexistentes. É na relação espaço-temporal que surge um (ou

---

afirmando é que a realidade social, aquela que acaba se tornando senso comum, se afirmando enquanto verdade, é construída essencialmente pela mediação da mídia.

<sup>2</sup> Nesse período, o Movimento intensificou as ocupações que, consideradas como instrumento de luta e resistência, resultaram em 57 assentamentos, o que evidencia que esse quadro de assentamentos está vinculado ao aumento das ocupações, as quais estão diretamente relacionadas à intensificação das formas de resistência dos trabalhadores a um intenso processo de desterritorialização.

vários) enunciado(s) constituindo o acontecimento social-histórico-geográfico, por isso sua repetibilidade, sua característica de atuar no nível do interdiscurso. E isso não é evidente para o sujeito. Assim, a enunciação é, principalmente relativa à posição que o sujeito ocupa em determinado lugar e o enunciado se encontra perpassado pela memória e atualidade (MARIANI, 1998).

Esta relação da memória do dizer representa a retomada de sentidos produzidos em outras formações discursivas na forma de reatualização de enunciados que preexistem ao momento da enunciação. Nessa retomada pode (ou não) haver um deslocamento de sentidos, caracterizando a repetição de um mesmo enunciado na produção de um outro sentido. Aqui chegamos num ponto fundamental para o nosso trabalho na medida em que a imprensa representa um discurso institucional específico e os seus enunciadorees não são visíveis, isto é, são apagados, tornando o discurso jornalístico, em seu produto (texto), unificando o conjunto de ‘vozes’ que interfere no texto final.

Nesse sentido, “a prática jornalística pode ser heterogênea em seu processo de produção, mas resulta em uma enunciação homogeneizadora quanto ao produto final” (MARIANI, 1998, P. 36).

A enunciação se realiza e se concretiza conforme a ordem do discurso a que está vinculada produzindo determinados sentidos, mas sempre assujeitada ao já-dito do interdiscurso institucional de uma formação discursiva. Em sua dimensão institucional o discurso jornalístico está sujeito ao conjunto de procedimentos internos e externos de seleção e exclusão dos discursos, entendidos como práticas de significação (FOUCAULT, 2001).

Se a enunciação do discurso jornalístico se caracteriza por uma prática homogeneizante na produção de sentidos, mesmo com a diversidade de vozes que a constitui, então o que sustenta a produção dos mesmos sentidos é a recorrência ao interdiscurso. Essa homogeneização acontece em função de seu caráter institucional.

As formas de enunciar dos jornais instalam sentidos criando no leitor uma ilusão de objetividade no discurso. É certo que a ideologia organiza direções de leitura, fazendo circular alguns sentidos e desviando outros tantos. Ao enunciar o sujeito faz um recorte de filiações de sentidos as modalidade do dizer que contemplam a noção de ‘verdade’, objetividade e imparcialidade proclamada pela imprensa. Sob o manto da objetividade – neutralidade – distanciamento dos fatos, o sujeito do discurso jornalístico textualiza a ilusão do didatismo de informar e comunicar a novidade.

Há uma relação de cumplicidade estabelecida, ou uma forma de “contrato”<sup>3</sup>, com o leitor, em que este com mais ou menos crítica, permanece na ilusão de receber informações tendo em vista que ele tem liberdade de escolher o “melhor jornal”. De um ponto de vista discursivo trata-se de uma escolha feita a partir de uma rede de filiação de sentidos, em que o jornal “predileto” do leitor vai ao encontro da formação discursiva (FD) do leitor. A capacidade de convencimento não é resultante de uma persuasão pela manipulação da língua e sim de uma dimensão ideológica, isto é, o discurso jornalístico envolve o leitor em um processo de interpretação pronto, pois ao relatar um acontecimento está relacionando sentidos a sentidos já existentes. E esse mecanismo, quase sempre não percebido pelo leitor, leva à ilusão de que há uma realidade que pode ser apreendida de forma

objetiva. A ideologia dessa prática discursiva reside no fato de trabalhar com a idéia de que é possível o uso transparente da linguagem.

Os leitores são conduzidos nessa relação com o jornal, como “aprendizes silenciosos”, mas não passivos, sem perceber a permanecer na sua posição sócio-histórica, que é a posição do seu jornal de referência. Há pressuposta nessa prática, uma noção de sujeito moral que acompanha os jornais e vamos perceber que, com relação ao MST isso é bastante evidenciado nas formas de enunciados, nas denominações atribuídas e no empenho em enquadrar o Movimento nos domínios do que é aceito pela ordem e pelo *status quo*.

Vamos retomar, agora um conjunto de seqüências discursivas, ao longo da década de 1990, em que a produção de sentidos para o MST gira em torno de ameaça, violência e sua radicalidade. Evidentemente elencaremos apenas algumas delas, mas sabemos que, na maior parte das vezes, a construção dos sentidos para o MST já faz parte de uma rotina e não de uma exceção, como pudemos acompanhar até agora.

#### **Seqüências discursivas para ameaça e radicalidade do MST:**

<b>Jornal O Imparcial</b>	<b>Jornal F. de São Paulo</b>
Assaltam caminhão; seqüestram oficial de justiça; se recusam a sair de fazenda. Caos e convulsão social; saqueiam comércio; ateam fogo em fazenda; ameaçam; podem tomar praça pública; acampamento é barril de pólvora.	Invasores prometem matar; fazem reféns; fecham estradas; fazem cerco. Assaltam caminhão; seqüestram oficial de justiça; se recusam a sair de fazenda. áreas de proteção; tende a radicalização; pode precisar de foice e fuzil; promove recorde de invasões;

As seqüências acima representam uma amostragem da manutenção da enunciação jornalística sobre o MST, mantida em períodos diferentes (anos) pelos dois jornais, estabelecendo para o Movimento um sentido sempre negativo: invasor, perigoso, ameaçador, violento, etc. Podemos fazer uma relação interdiscursiva entre:

1) Invasores prometem matar 2 reféns e juiz tenta negociação (FSP, 19/07/90);

2) Mil trabalhadores invadem fazenda em São Paulo. A invasão foi profissional (FSP, 26/04/93).

3) Igualmente deplorável é a disposição anunciada de invadir bancos, atitude provocativa que só vem acentuar a imagem do MST como entidade que opta sistematicamente pela trilha da ilegalidade. (FSP, Editorial, 1997, p. 1-2).

4) O MST anuncia que vai para o confronto armado na região do Pontal do Paranapanema, extremo oeste de São Paulo. (...) Infelizmente, de nada mais adianta pedir sensatez e responsabilidade a um movimento que vem tomando de assalto e depredando prédios públicos, invadindo fazendas, mantendo pessoas em cárcere privado e semeando a desordem país afora. (Título: Procuram-se cadáveres FSP, EDITORIAL, 1998, p. 1-2).

Nas situações acima apresentadas, há uma concordância com a formação discursiva (FD) dominante oficial que construiu ao longo dos anos uma imagem de perigo e uma representação de bandidagem

---

<sup>3</sup> Veron (1991) utiliza o termo “contrato de leitura” para “evidenciar as condições de construção da ligação que une no tempo um média ou seus consumidores. (...) o objetivo do contrato é construir e preservar hábitos de

para o MST. No plano ideológico encaminha o leitor para uma condenação do Movimento e indica a pena a que deve ser submetido: a prisão. Faz retornar um estereótipo para produzir um efeito de perigo.

Se observarmos o número de vezes em que nos enunciados comparecem o lexema *invasão* podemos acompanhar a construção de uma produção de sentido para a ameaça e perigos representados pelo Movimento. Em praticamente todos as manchetes essa forma de enunciar comparece. Não devemos nos esquecer que a manchete e o título constituem, para muitos leitores, a única informação, pois os conflitos em torno da posse da terra não dizem respeito, diretamente, a quem não é proprietário de terras. Assim justifica-se porque a *invasão* é o primeiro item no critério de noticiabilidade do MST. E nesse caráter de notícia rotineira, freqüente e redundante se produz a representação do Movimento.

O discurso jornalístico, como uma das formas de manutenção de poder, atua no cotidiano ao agendar temas sobre os quais os leitores devem/podem pensar, além de organizar as direções de leitura para tais temas. No dia-a-dia o leitor nem sempre tem condições de perceber a rede de filiações de sentidos à qual está submetido ao ler o jornal. Os processos de filiação de sentidos são responsáveis por reforçar, no sujeito, a ilusão de transparência da linguagem como já o dissemos.

Sabemos que fatos podem criar notícias e vice-versa. Entretanto, em qualquer uma das situações, o que é dito nos jornais depende muito das possibilidades enunciativas, das suas condições de produção. Assim, o que estamos buscando evidenciar é que a chamada grande imprensa, enuncia de um lugar histórico-geograficamente constituído e o faz em nome de determinados segmentos de classe. E esse processo é determinante na forma como a imprensa vai construindo uma representação para o MST. O que é certo é que o discurso jornalístico direcionou a leitura sobre o Movimento, e que, do nosso ponto de vista, isso pode ser compreendido como um procedimento de controle. Funcionando de modo a restringir o processo de produção de sentidos e, ao mesmo tempo, restringir a circulação de quaisquer enunciados sobre o MST no todo social.

### **Considerações finais**

Ao iniciarmos este trabalho, indagávamos sobre de que modo havia se formado no discurso jornalístico uma representação sobre o MST que desqualificava suas ações, instituindo uma produção de sentido para o Movimento como inimigo em potencial do sistema de governo e de sociedade, dessa forma não permitindo que a Luta pela Terra e pela reforma agrária fossem significadas.

Essa indagação preliminar levou-nos a perceber a imprensa como uma instituição que, apesar de ter como característica a heterogeneidade, funciona homogeneizando os sentidos e instituindo como ‘verdades’ o que ela põe (e põe) em circulação. Se, por um lado, ao significar o MST o discurso jornalístico abrigou vários discursos *sobre* o Movimento, por outro, apagou as diferenças políticas. Por se achar assujeitado ao interdiscurso da FD dominante, apagou as contradições e estabeleceu uma direção de sentidos única para o Movimento. Daí considerarmos que a prática discursiva jornalística inscreve-se num campo histórico, geográfico e social das relações de forças em luta pela hegemonia na produção de sentidos.

Utilizando-se de denominações que se destacam no texto, pela repetição, pela forma rotineira de enunciar, pelo excesso de adjetivos, delimitamos o que estabelece a produção de sentido para o MST nas reportagens e quais as direções de sentidos provocadas pelos enunciadores. Nosso objetivo foi, ainda, o de apreender a partir dos discursos veiculados nos jornais OI e FSP como foi sendo estruturado um saber sobre o Movimento por meio de uma representação sempre negativizada, evidenciando os sentidos para a violência e radicalidade.

No *corpus* de análise, destacamos algumas denominações do que temos enquanto direção e produção de sentido, o que estabelece o papel de uma memória que atualiza enunciados e uma formação discursiva hegemônica para o Movimento:

Assaltam, seqüestram; saqueiam, ateam fogo, destroem e matam, tem leis e polícia próprias; agem em represália, é um problema de polícia; terrorismo é a principal trilha que seguem, entre outros; Fundamentalmente buscamos mostrar que o discurso jornalístico, enquanto uma forma de manutenção de poder atua na ordem do cotidiano, criando uma dinâmica territorial específica, produzindo territorialidades específicas ao agendar campos de assuntos sobre os quais os leitores podem/devem pensar e organizando direções de leituras para tais assuntos.

A partir das análises realizadas, julgamos que uma das principais características do discurso jornalístico é pretender-se explicativo. Ou seja, os dois jornais procuram “explicar” as coisas do mundo para seus leitores. Para isso recorrem freqüentemente ao “conhecimento legitimado” por meio de vozes consideradas autorizadas (juízes, advogados, especialistas) e de dados que podem ser quantificados em tabelas, gráficos, índices e mapas, datas. Explicar, portanto, é próprio de quem julga deter um saber.

Os protagonistas do discurso (interlocutores) não são somente seres empíricos, mas representam lugares determinados na estrutura social. Conforme posto por Pêcheux e Foucault, as relações entre esses lugares (de quem emite o discurso) acham-se representadas no discurso por uma série de formações discursivas (FDs) que designam o lugar para aqueles que enunciam. Assim, aquele que fala (enuncia) o faz de um determinado lugar que regula o seu dizer. Processo de interdição, como nos diz Foucault: ninguém diz o que quer e de qualquer lugar. Podemos dizer, então, que o discurso jornalístico enunciado nos dois jornais enuncia para um tipo determinado de leitor e também, oscila entre o discurso do poder e o discurso do saber.

Nada é neutro nem transparente quando se refere a práticas discursivas. Os sentidos são produzidos em formações discursivas e são regulados por rituais contextualizados histórica e geograficamente, são enfim, mobilizados interdiscursivamente enquanto exterioridade que afeta constitutivamente o sujeito. Entretanto, a ideologia da transparência dos sentidos na linguagem se faz presente de várias maneiras e produz o efeito de literalidade que apaga o processo de imposição hegemônica de uma interpretação.

Buscamos evidenciar que a prática discursiva da imprensa, isto é, o discurso jornalístico se constitui em um espaço, dado que sua construção é socialmente produzida, tem uma ancoragem territorial. Trata-se de um discurso que constrói territorialidades manifestas nas várias formas de denominar o MST e os sem-terra. O discurso enquanto uma prática social é, no nosso modo de ver, condição

indissociável para a constituição de grupos sociais, os quais travam, na luta pelo espaço, disputas que se reproduzem nas dinâmicas territoriais, evidenciando sua dimensão espacial.

Ao analisarmos um espaço e um território a partir da dimensão do discurso, buscamos ampliar a compreensão de um espaço de lutas como o do Pontal do Paranapanema, tanto no seu processo de ocupação, como em seu processo de produção. Verificamos que a construção um discurso por meio de prática discursiva contextualizada social, histórica e geograficamente apresenta uma materialidade nos lugares da Luta pela Terra e nas ações do MST nos acampamentos e assentamentos rurais.

### **Bibliografia**

ANDRADE, M. C. *Geografia, ciência da sociedade. Uma introdução à análise do pensamento geográfico*. São Paulo: Atlas, 1987.

BERGER, C. *Campos em confronto: a terra e o texto*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1998.

BRANDÃO, H. H. N. *Introdução à análise do discurso*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2002.

FERNANDES, B. M. *MST: formação e territorialização*. São Paulo: HUCITEC, 1996.

FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. 6ª. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. Trad. Laura Fraga. A. Sampaio. 7ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2001.

ORLANDI, E. P. *A linguagem e seu funcionamento*. Campinas: Pontes, 1987.

THOMAZ JR, A. Desenho societal dos sem terra no Brasil. Campinas: *Revista Abra*, v.30, n. 1, 2 e 3, jan. dez., 2001.